

TAURUS ARMAS S.A.
CNPJ 92.781.335/0001-02
NIRE 43 3 0000739 1

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I. DATA, HORA E LOCAL: 01 de novembro de 2023, às 14 horas, na sede social de Taurus Armas S.A. ("Companhia"), na Avenida São Borja, nº 2181, Prédio "A", na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

II. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS: Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia, com a participação dos Srs. Jorio Dauster Magalhães e Silva, José Paulo Dornelles Cairoli, Luciano Luiz Barsi e Sérgio Laurimar Fioravanti, Magno Neves Fonseca e Bernardo Simões Birmann, conforme previsto no artigo 26, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, representando quórum de 100% dos membros do Conselho de Administração e com os seguintes convidados: Salesio Nuhs, Diretor Presidente, Sérgio Castilho Sgrillo Filho, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores e, ainda, Otávio Pereira, Luiz Fernando Alves de Farias e Angelica Ribeiro de Almeida, representando a Deloitte Touche Tohmatsu. Presentes também todos os membros do Conselho Fiscal.

III. MESA: Presidida pelo Sr. Jorio Dauster Magalhães e Silva, Presidente do Conselho de Administração e secretariada pelo Sr. Neandro Bagatini Lazon.

IV. ORDEM DO DIA:

- a. Examinar e discutir o desempenho da Companhia no 3º trimestre do exercício social em curso e as respectivas informações contábeis consolidadas, contidas no formulário de Informações Trimestrais – ITR (3T23);
- b. Alterar os valores limites para que a Diretoria possa praticar, independentemente de autorização específica do Conselho de Administração, os atos e operações previstos no Parágrafo Único do art. 27 do Estatuto Social;

V. DELIBERAÇÕES: Os conselheiros, sem reservas ou ressalvas, por unanimidade e após debates acerca da matéria objeto da ordem do dia, aprovaram:

- a. As informações financeiras trimestrais do 3º trimestre e 2023 e do respectivo comentário de desempenho, assim como sobre o Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e o Parecer do Conselho Fiscal;
- b. A alteração dos seguintes valores de alçada para os atos e operações abaixo especificados, como segue:

Estatuto Social – Art. 27 Descrição dos Incisos	Limites por Operação		
	Tipo	Valor Vigente	Novo Valor
XI. deliberar sobre a realização de qualquer operação de financiamento ou crédito em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, assim como sobre a alteração de quaisquer de seus termos e condições;	(a) Contratação de crédito ou financiamento e correspondentes operações de garantia, incluindo cessão de títulos e de proteção (swap) com derivativos;	R\$ 50,0 Milhões	R\$ 70,0 Milhões
	(b) Contratação de Derivativos visando proteção cambial.	US\$ 10,0 Milhões	US\$ 10,0 Milhões
XV. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros, que não sejam sociedades controladas pela Companhia, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;	Assinatura de contratos ou outros documentos relacionados à prestação de garantias a obrigações de terceiros.	R\$ 1,0 Milhão	R\$ 1,0 Milhão
XVI. aprovar qualquer alienação ou locação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente da Companhia em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo;	Alienação ou locação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente da Companhia	R\$ 3,0 Milhões	R\$ 10,0 Milhões
XVII. aprovar a alienação, permuta ou atos que importem em outorga de garantias ou ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia em favor de terceiros, ou que importem em renúncia de direito, em valor superior ao limite de que trata o Parágrafo Único deste Artigo, exceto em relação a sociedades em que a Companhia possua ou detenha direitos que lhe assegurem participação permanente, direta ou indireta, superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social;	Prestação de garantias ou ônus reais em favor de terceiros em decorrência de contratos de crédito ou financiamento	R\$ 50,0 Milhões	R\$ 70,0 Milhões

Também restou deliberado que todos os atos e operações previstos nos incisos X e XX do art. 27 do Estatuto Social, por sua relevância, somente poderão ser concretizados pela Diretoria após prévia autorização do Conselho de Administração, com exceção da emissão de notas promissórias em garantia de operações de crédito, que poderão ser emitidas até o limite do valor estipulado para as operações constantes na letra “a” correspondente ao Inciso XI do art. 27 do Estatuto Social.

VI. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

São Leopoldo/RS, 01 de Novembro de 2023.

Jorio Dauster Magalhães e Silva

Presidente do Conselho de Administração

Bernardo Simões Birmann

Vice-Presidente do Conselho de Administração

José Paulo Dornelles Cairolí

Luciano Luiz Barsi

Sérgio Laurimar Fioravanti

Magno Neves Fonseca

Conselheiros

Declaro que a presente é cópia fiel e extraída do original.

São Leopoldo/RS, 1º de novembro de 2023.

Neandro Bagatini Lazon
Secretário